

## **Resenha Histórica das Forças Armadas de Cabo Verde**

As Forças Armadas são uma instituição permanente e regular, compõem-se exclusivamente de cidadãos cabo-verdianos e estão estruturadas com base na hierarquia e na disciplina. As Forças Armadas estão subordinadas e obedecem aos competentes órgãos de soberania, nos termos da Constituição e da lei, estando ao serviço da nação e são rigorosamente apartidárias, não podendo os seus membros na efetividade de serviço ou, sendo do quadro permanente, na situação de ativo, filiar-se em qualquer sindicato, partido ou associação política, nem exercer atividades político-partidárias de qualquer natureza. Sendo que a sua organização é única para todo o território nacional, conforme o art.º 247 da Constituição da República de Cabo Verde.

A história das Forças Armadas, assim como a formação da Nação, precede a independência nacional, pois nos anos 40, com a geração de Amílcar Cabral (Pai da Nacionalidade Cabo-verdiana), ideias de autonomia ou de independência nacional tomam corpo. Sendo o seu corolário a organização da luta de libertação nacional, com a criação em 1956 do Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), e posteriormente das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), uma ala militar do partido, de que Amílcar Cabral foi o principal promotor e ideólogo, que lutava pela independência conjunta da Guiné e Cabo Verde.

Mais concretamente, em finais de 1959, na companhia de um pequeno grupo formado por cabo-verdianos e guineenses, Amílcar Cabral fundou, na Guiné-Bissau, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Assim, para materializar o seu projecto emancipador, mobilizou vários cabo-verdianos e guineenses, e a partir da Guiné-Conacri, enquanto sua retaguarda, em 1963, o PAIGC deu início à luta (armada) de libertação das duas supracitadas colónias portuguesas.

Dado o desenvolvimento rápido da luta de (libertação) guerrilha na Guiné-Bissau, no 1º Congresso do Movimento (PAIGC), realizado em Cassacá (1964), criou-se as Forças Armadas Revolucionária do Povo (FARP).

Em meados dos anos sessenta do século XX, por circunstâncias e vicissitudes diversas se constitui o Núcleo Fundador das Forças Armadas de Cabo Verde com o propósito de dar início à luta armada em Cabo Verde. O núcleo Fundador das Forças Armadas de Cabo Verde foi constituído por militantes anteriormente mobilizados e por jovens estudantes, camponeses e trabalhadores emigrantes, que mais tarde, foram enviados a Cuba, onde, em plena clandestinidade e nas montanhas, permaneceram cerca de dois anos, recebendo preparação militar que, posteriormente, deram seguimento na União Soviética.

Finda a preparação militar em Cuba, à 15 de janeiro de 1967, a quase totalidade dos membros do grupo, a primeira formada por filhos da nossa terra, prestou perante o fundador da nacionalidade Amílcar Cabral o juramento de fidelidade para luta de libertação de Cabo Verde, tendo prestados um juramento solene “de fidelidade à luta

pela independência de Cabo Verde, fosse em que circunstâncias fosse. Esses jovens, então, afirmaram-se, dispostos para o sacrifício supremo se necessário para se poder alcançar a liberdade da Pátria, mas também pelo seu desenvolvimento e engrandecimento”.

Data essa que ficou marcada para sempre na história das Forças Armadas de Cabo Verde, pois o Governo de Cabo Verde no primeiro gesto de reconhecimento da importância deste facto, escolheu e fixou o dia 15 de janeiro como “**Dia das Forças de Cabo Verde**”.

Intensificada a guerra na sequência da morte do seu líder a 20 de janeiro de 1973, a 24 de setembro de 1974, o PAIGC proclamou a Independência da Guiné-Bissau, passando as FARP a exercerem, também, o papel do exército regular, provocando uma profunda crise no Exército (colonial) português.

Nesse meio tempo, deu-se o derrube do fascismo em Portugal, e a essa data o PAIGC começou a transferir (clandestinamente) as suas estruturas militares (homens e materiais de guerra) para Cabo Verde, simultaneamente com a mobilização de jovens cabo-verdianos residentes em Cabo Verde, “pressionando” as novas autoridades portuguesas a conceder Independência ao Arquipélago de Cabo Verde.

A 3 de Março de 1975, clandestinamente, foi enviado, um novo grupo formado por 56 (cinquenta e seis) elementos para Cuba, e um outro formado por 108 (cento e oito) elementos para Guiné-Bissau, oriundos de todas as camadas sociais, a fim de receberem a formação militar.

Como concebido pelo PAIGC, com o respaldo dos combatentes da liberdade da pátria, trasladados da Guiné-Bissau, militares cabo-verdianos transitados do exército colonial, jovens enviados para formação em Cuba e Guiné-Bissau, e amplo apoio popular, uma Assembleia Constituinte proclamou a Independência de Cabo Verde, em 5 de Julho de 1975. Isto é, cabo-verdianos reunidos em torno do PAIGC formam uma massa-humana norteada por interesses comuns, experimentando os mesmos sentimentos, ou seja, o desejo de se ver livre das amarras coloniais.

O Núcleo Fundador das Forças Armadas, após ter-se empenhado duramente em todos os sectores e frentes da luta pela independência, onde alguns dos seus integrantes tombaram no campo da honra, nas vésperas da independência nacional e nos anos que se seguiram assume ativamente a organização das Forças Armadas nacionais, integrando, preparando e dirigindo os jovens voluntários que massivamente se prontificaram em defender o país e prosseguiram edificando as Forças Armadas cabo-verdianas. Não tendo limitado somente a esfera militar, isto porque, foi registado uma vasta e qualitativa participação aos mais altos níveis de atividade do Estado dos membros desse Núcleo

Assim, depois da proclamação da **Independência Nacional**, a Lei de Organização Política do Estado atribui ao Ministério da Defesa e Segurança, criado pelo Decreto-Lei

n.º 4/75 de 23 julho, a responsabilidade pela defesa da independência, da soberania e integridade territorial, sendo nomeado Ministro da Defesa e Segurança o Primeiro-Comandante Silvino da Luz e o Primeiro-Comandante Agnelo Dantas nomeado Comandante-Geral das então Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP). Mais tarde, com o Decreto nº 26/75 de 20 de setembro, é criado o Comando-Geral das FARP e Milícias e o Comissariado Político Nacional das FARP, tendo este último à frente o Comandante João José Lopes da Silva. Com esta liderança, a ser apoiada por vários oficiais, ainda sem postos definidos e sem patentes, que no dia-a-dia vão erigindo o novo “edifício militar” cabo-verdiano. Em termos territoriais as Forças Armadas foram estruturadas em três Regiões Militares, sob a responsabilidade dos Comandantes Amâncio Lopes, Eduardo Santos e Timóteo Tavares Borges na Primeira, na Segunda e na Terceira Regiões Militares respetivamente.

Mais tarde, com a reorganização das Forças Armadas, o Comando-Geral é transformado em Estado-Maior, integrando os Comandos da Marinha e da Aviação, que tiveram vida efémera, e por diversas Direções. Também a designação "FARP" ao longo dos tempos foi abandonada e os militares de Cabo Verde começaram a ser designados Forças Armadas de Cabo Verde.

Com o passar dos anos a sua estrutura orgânica das Forças Armadas sofreu adaptações aos momentos e contextos históricos vividos no país, mas como reestruturação de fundo registam-se, na década de oitenta, a aprovação de legislação estruturante, designadamente a Lei Orgânica, o Estatuto do Oficial e do Sargento, as Normas de Promoção e o Regulamento de Disciplina Militar (RDM), na década de noventa, houve a introdução de novas missões para as Forças Armadas no quadro da Nova Constituição, a aprovação de leis decisivas destacando-se a Lei das Forças Armadas, a Lei que define o estatuto da condição militar, a Lei que define a organização global e efetivo das Forças Armadas, o Estatuto dos Militares, o Estatuto Remuneratório, o Código de Justiça Militar e a revisão de várias outras normas jurídicas, onde sobressai o RDM;

Convencionalmente, e enquadrado na reforma das Forças Armadas, deu-se a elaboração de importantes estudos conceptuais, como o Projeto da Reforma das Forças Armadas e o Projeto de Conceito Estratégico da Defesa Nacional e a adoção de dispositivos conceptuais e legais, como as Grandes Opções do Conceito Estratégico da Defesa e Segurança Nacional, a Lei que estabelece o Regime Geral das Forças Armadas e outros documentos importantes para organização sistémica e integrada da defesa nacional.

Nos anos noventa se assistiu à criação da Guarda Costeira, composta por Unidades Navais e Unidades Aéreas e à formação da primeira Companhia de Fuzileiros Navais, depois de uma experiência que não vingou em finais dos anos setenta. Um período que que ressaltou a reestruturação das Forças Armadas, por forma a poder dar melhor resposta no que respeita, à segurança interna, surge assim a Guarda Nacional, que foi integrada essencialmente por Unidades de Polícia Militar, de Fuzileiros Navais e de Artilharia e a Guarda Costeira, reorientada para os objetivos essenciais da sua

constituição, sendo a vigilância e fiscalização dos espaços marítimo e aéreo, bem como a sua preparação para ações de busca e salvamento, ao mesmo tempo que se forma a primeira unidade especial de reação rápida para o enfrentamento das ameaças, sobretudo à segurança interna, de carácter mais violento.

Mais recentemente, destaca-se a aprovação dos Estatutos do Militares nos anos de 2012 e 2020, a alteração da grelha salarial, bem como a aprovação de diversos documentos jurídicos, com o objetivo de modernizar as Forças Armadas de Cabo Verde e melhorar as condições de vida nos quartéis.

De todas as realizações conseguidas no seio das Forças Armadas, no transcurso de tempo decorrido, importa dizer que a perpetuidade da instituição deve muito ao seu papel que tem desempenhado e à sua utilidade na sociedade. Não obstante estar vocacionada e lhe seja cometida pela Constituição a “defesa militar da república contra qualquer ameaça ou agressão externa”, e ainda para missões com maior afinidade com a responsabilidade social, assumida com uma contribuição de valor em várias outras frentes do desenvolvimento, que começa nas campanhas de arborização e proteção do meio ambiente e vai até ao apoio às populações em tempos de crise.

No concernente a realizações, propriamente ditas, deve-se registar que o crescimento da instituição castrense cabo-verdiana foi acompanhado de um grande esforço no sector da formação de quadros. Desde o início as Forças Armadas preocuparam-se com a formação dos seus efetivos no domínio técnico-militar e no cultural, independentemente da sua condição de prestação de serviço, visto que a formação do homem é sempre um investimento no desenvolvimento. É gratificante encontrar pelo país fora, nos mais diversos ramos de atividade, profissionais de níveis e especialidades mais díspares formados pelas Forças Armadas ou graças à sua ação e apoio. Eles são professores e músicos, médicos e enfermeiros, engenheiros e marinheiros, técnicos de construção civil, etc.

Outrossim, o nível de desenvolvimento e o estágio de organização não seria atingido se não tivéssemos contado durante todos esses anos com a colaboração internacional. Com efeito, o crescimento das Forças Armadas, desde do primeiro instante teve na cooperação técnico-militar um elemento fundamental e o leque de apoiantes é extenso, com países como a antiga União Soviética, os Estados Unidos da América, Portugal, França, Angola, Alemanha, China, Cuba, Senegal, Moçambique, Marrocos, Egipto, Espanha, entre outros, têm sido excelentes parceiros nas várias etapas da vida das Forças Armadas.

No entanto a presença internacional das Forças Armadas não se tem limitado à cooperação, no plano operacional as tropas cabo-verdianas, sendo que, nos últimos anos têm tido uma participação em vários exercícios internacionais, o que evidencia o bom nível de preparação das nossas tropas.

Fontes:

BRITO, Pedro dos Reis, Tenente-coronel. Os quarenta anos das Forças Armadas de Cabo Verde, Revista Militar de Portugal, Portugal, 15 de Maio de 2018. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/186>. Consultado em 08 de agosto de 2022

FORÇAS ARMADAS DE CABO VERDE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=For%C3%A7as\\_Armadas\\_de\\_Cabo\\_Verde&oldid=59671527](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=For%C3%A7as_Armadas_de_Cabo_Verde&oldid=59671527)>. Acesso em: 26 out. 2020.

CORREIA, Estevão, Sargento-Mor, Síntese histórica das Forças Armadas de Cabo Verde